

A NOÇÃO DE FRONTEIRA E ESPAÇO NACIONAL NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO¹

Candice Vidal e Souza*

A fronteira é uma temática aberta a múltiplos modos de abordagem, sendo um objeto inspirador das mais variadas intenções analíticas. Há muita produção acerca das fronteiras em sua concretude plural no espaço e no tempo. Poucos trabalhos priorizam a representação da fronteira como parte da construção da nação². Este artigo se insere nesta última linhagem, mas se coloca com uma mirada própria. Sua preocupação recai sobre os discursos que pensam a modificação do espaço nacional como tarefa prioritária na construção e preservação de nossa identidade nacional. Concentrando-se na formulação de uma idéia de fronteira que está abrigada entre as narrativas da brasilidade, ou seja, naqueles textos que querem entender o Brasil em sua gênese e continuidade.

* Mestre em Antropologia Social pela UnB.

Textos de História, v. 4, n° 2 (1996): 94-129

1. As discussões a serem desenvolvidas neste artigo fazem parte de minha dissertação de mestrado intitulada *A Pátria Geográfica: as representações de sertão e litoral e a construção da nação no pensamento social brasileiro* (Brasília: PPGAS/UnB, 1996), realizada sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Mireya Suárez. Esse trabalho encontra-se publicado pela Editora da UFG, 1997.
2. Os representantes já clássicos são os trabalhos de Esterci, Neide. *O mito da democracia no país das bandeiras*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, 1972; e Velho, Otávio G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: DIFEL, 1979. Mais recentemente, são interessantes os trabalhos de Amado, Janaína. "Construindo mitos: a conquista do oeste no Brasil e nos EUA", em Sidney V. Pimentel e Janaína Amado (orgs.). *Passando dos limites*. Goiânia: UFG, 1995, p. 51-78 ; e Oliveira, Lúcia Lippi. "Representações geográficas da identidade nacional: o caso norte-americano". *Sociedade e Estado*. Volume XI, n° 1, jan-jun 1996, p. 75-87.

O propósito é atingir a temática da fronteira na companhia de perguntas sobre a sua representação no âmbito daqueles que falam da geografia da nação. Quero atentar exclusivamente para o imaginário da fronteira conforme está elaborado no pensamento social brasileiro, relacionando-o às representações do espaço nacional que são o substrato de interpretações programáticas do Brasil. Tão somente será tratado o modo como a fronteira é pensada por aqueles que constróem visões totalizantes do Brasil. Isto é, procurar pelos significados da fronteira enquanto estiverem atuando para construir discursivamente a Nação.

Compartilho da observação de Lúcia Lippi Oliveira de que “a relação entre a história da nação e a identidade nacional tem sido reconhecida (...). [Mas] A relação entre a geografia e a identidade nacional, igualmente relevante, tem sido menos lembrada.”³ É oportuna a atenção às relações entre a ocupação de nosso patrimônio geográfico e a identidade nacional que estão construídas extensamente pelos ensaios a respeito do Brasil. Na verdade, o caso é de se falar em termos de uma *história de construção da geografia* sendo elaborada por uma narrativa que é primordialmente mítica e pedagógica em sua missão de contar sobre a brasilidade.

Também deve ficar clara a proposta de que a fronteira é um símbolo poderoso na imaginação da nacionalidade brasileira desde que faz parte de uma narrativa que pensa a origem e a pere-

3. Oliveira, Lúcia L., *op. cit.*, p. 84. A centralidade dos discursos articulados em torno de representações do espaço na construção da nação é enfatizada nos trabalhos do geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes, *Ideologias Geográficas. Espaço, Cultura e Política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991 e “Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil”. *Estudos Históricos*, vol. 4, n. 8, 1991, p. 166-176. Este autor contribui enormemente para a visibilização desses temas na idéia de brasilidade, formulando interpretações mais genéricas da relação entre imaginação geográfica e ficção da nossa nacionalidade. O presente artigo é tributário de suas sugestões; no entanto, procura investigar categorias específicas que estão definidas nestas ideologias geográficas. No caso, a representação de fronteira e seus significados em trechos de alguns autores do pensamento social nativo que falam do espaço-Brasil.

nidade da brasilidade em termos de sua horizontalização pelas terras que temos. Nesse sentido, coloco-me no sentido oposto de algumas das afirmações de Janaína Amado quando compara o significado do imaginário sobre a fronteira no Brasil e nos EUA. Segundo esta autora, “ (...) no Brasil, os mitos relativos à conquista do Oeste não são mitos de origem; eles iluminam aspectos da cultura brasileira, mas não explicam como o ‘Brasil brasileiro’ surgiu e permanece até hoje em dia. Esses mitos têm caráter regional, e não são mitos de inclusão, pois não são capazes de incluir a nacionalidade inteira numa única narrativa.”⁴

Conforme espero convencer o leitor, para o pensamento social é notória a relevância do referencial da fronteira no arranjo de nossos mitos de origem enquanto nação, estando imersa em narrativas poderosas porque incluem a nacionalidade toda. É chegada a hora de elucidarmos a larga abrangência e a longa permanência da dimensão geográfica na imaginação do Brasil, fazendo-se ver a predicação que a fronteira aí recebe por meio dos sentidos específicos que adquire em contato com outras representações de nosso espaço como aquelas de sertão e litoral.

Sertão e litoral: as partes do espaço-Brasil

Das muitas obras que definem a nacionalidade, há uma vertente significativa que se constrói sobre a afirmação de que a história da ocupação territorial é a história da formação nacional. Alguns textos de relevância na expressão desse pensamento a respeito do Brasil geográfico foram selecionados como exemplares preciosos. De qualquer modo, a unidade entre as categorias usadas para construir esses mapas do verdadeiro Brasil permite acreditar que as idéias centrais desse modo de ver a nós mesmos se repetem em todos os intelectuais que falem nessa perspectiva.

4. Amado, J., *op. cit.*, p.68.



Neles, o Brasil é uma idéia comunicada através das nomeações de sertão e litoral ⁵, verdadeiras categorias para pensar a nação ⁶.

Sertão e litoral constituem o padrão das descrições do espaço nacional e dos modos de vida concebidos como regionalmente diferenciados. As clivagens políticas, sociais e econômicas encontradas na observação da "realidade" nacional são inteligíveis, para os pensadores do Brasil, através desta bipartição geográfica e cultural do território nacional. Tem-se, então, dois cenários, combinação de terra e gente, que polarizam um amplo temário relativo aos problemas nacionais e ao caráter do desenvolvimento político e econômico brasileiro.

Nos escritos de interpretação do Brasil, a investigação da brasilidade tem como ponto de partida o movimento característico de deslocamento entre litoral e sertão: as bandeiras. Este é o evento histórico original que representa a extensão do domínio territorial da colônia, mas é principalmente o início da gestação e amadurecimento do Brasil-nação. Assim, a atribuição desse lugar fundacional às bandeiras é unanimemente reconhecida pelos autores considerados, já que a mobilidade através do espaço fixou não só as bases territoriais, como também determinou o desenvolvimento histórico e a evolução social para além do tempo das bandeiras. Com isso, a importância do bandeirismo transcende sua realidade histórica, interferindo na caracterização geral da sociedade nacional da época colonial ao presente.

Existe acordo quanto aos ganhos expansionistas advindos do esforço bandeirante; contudo, a modalidade de obtenção do

-
5. As denominações de sertão e litoral são as mais utilizadas para identificar essas duas regiões. No entanto, também surgem outras nomeações equivalentes tais como *hinterlândia*, *interior*, *Oeste* correspondente ao lugar sertão; e *marinha*, *costa* para indicar o lugar litoral.
 6. A sugestão de tratar o sertão como categoria da "teoria nativa brasileira" está colocada por Custódia Selma Sena em *A Categoria Sertão: um exercício de imaginação antropológica*. Brasília, PPGAS/UnB, 1986 (Anteprojeto de Doutorado). Para outros desenvolvimentos dessa proposta ver também Amado, Janaína. "Região, Sertão, Nação". *Estudos Históricos*, vol. 8, nº 15, 1995, p. 145-151 e Vidal e Souza, Candice, *op. cit.*

território teria causado problemas insistentes para a sociedade ocupada em gerir tão vasta herança. Conforme Victor Viana, em seu *Histórico da Formação Econômica do Brasil*, a colonização assistemática empreendida aqui resultou na grandeza e integridade do Brasil, onde não foi possível conquistar povoando. Por isso, “o povoamento intermitente foi a causa de nossa riqueza geográfica e de nossa pobreza social”⁷.

Está identificado o descompasso entre a vastidão das terras brasileiras e a evolução do aproveitamento social da disponibilidade espacial. A constatação leva a pensar nos benefícios parciais das bandeiras, já que o cenário montado para o futuro nacional é dos mais preocupantes. Como reconhece Fernando de Azevedo, “as bandeiras constituíram antes um fenômeno de expansão geográfica que de valorização do território político ou de incorporação à vida econômica do país das novas terras conquistadas”⁸.

A distinção básica feita no pensamento social para qualificar a problemática gerada pelo bandeirismo se refere a uma etapa de *conquista* do território, plenamente realizada, e uma fase inconclusa, que não se seguiu à conquista em expansão, caracterizada pela *ocupação* efetiva do espaço. A integridade do processo de abrasileiramento depende, por sua vez, da valorização uniforme das regiões agregadas. De maneira insistente, os pensadores do Brasil confirmam a desagregação do mapa brasileiro quanto ao ritmo de integração à nação.

Seguindo a direção geral dos bandeirantes, a incorporação de terras para o Brasil se fez diante da faixa costeira. O interior constitui a verdadeira conquista para além do patrimônio metropolitano: o sertão percorrido pelos “calções de couro” foi alvo da dominação bandeirante e também é o lugar deixado por ocupar. Fala-se que a bandeira produziu um Brasil grande, mas desigual – um vasto país em uma nação incompleta.

7. Viana, Victor. *Histórico da Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, 1922, p. 142.

8. Azevedo, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1971, p. 98.

Tal modelo de ocupação do espaço é tido como responsável pelo surgimento de modos de vida social distintos da sociedade litorânea e pela extensão territorial desafiadora para os esforços de controle do território. A formação de nossa geografia presenteia o futuro brasileiro com a questão nacional maior: o sertão. Sertão que foi apenas atravessado, mas não dominado, como nota Raymundo Faoro⁹. Doação incômoda de nossos primórdios históricos, o sertão – lugar/coisa distinto do litoral – se destaca como resistência.

As ponderações sobre as dificuldades para a ordem social postas pelo fato de se possuir mais de oito milhões de quilômetros quadrados se sustentam basicamente sobre a problemática política. A questão central é saber como o poder se instala e se distribui horizontalmente. Afinal, quais as possibilidades de constituição do aparelho de Estado e de formação da consciência pública neste país de imensidões? A significância da condição de país continental se mostra a partir da constatação de não-uniformidade na presença da ação estatal dentro dos limites nacionais. Isto indicaria a configuração insuficiente ou incompleta do sentimento de pertencimento a uma coletividade única chamada Brasil.

Os discursos que querem entender o Brasil, em sua grande parte, pensam na realidade da Nação neste país somente quando se atingir a superação dos grandes problemas nacionais por transformações sobre as imensidões geográficas. As narrativas da brasilidade atestam que outras bandeiras há por se fazer, pois ainda se vê vazios a domesticar no Brasil do presente. A nação não descansou e mais Brasil deve ser semeado pelos sertões hodiernos.

Desde a visão fundante de Euclides da Cunha, os ensaístas acreditam que a urgência básica para a consolidação da nacionalidade é colocar em um mesmo tempo evolutivo as partes disjuntas que são o litoral e o sertão. A noção de fronteira apresentada logo mais vai ser articulada a partir do projeto de reconstituição do mapa

9. Cf. Faoro, Raymundo. "Os colonos e os caudilhos: a conquista do sertão". In: _____. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 1987, v. 1, p.154.

físico e social do Brasil realizada pela modificação de negatividades observada tanto na marinha quanto no interior.

Sintetiza essas inquietações do intelectual nativo a opinião de Elísio de Carvalho de que “até agora o brasileiro, o legítimo representante da raça, é o homem do litoral. Espírito aberto, expansivo, inteligente e operoso; mas inconstante, fácil nas idéias, vário e quase volúvel, sem sentimentos ponderosos, mas irrequieto e ansioso – o homem da faixa marítima deve tudo isso a um contato mais íntimo com o mundo”¹⁰.

O curso da nacionalidade vem sendo determinado a partir da base litorânea, onde estão a gente e o modo de vida reconhecidos como brasileiros. Assim tem sido, mas ao que parece não é bom que continue a sê-lo. No mesmo fôlego que enaltece as qualidades do “homem do litoral” também se aponta para as características prejudiciais geradas e mantidas pela condição de exposição e contato com o mundo. Ter acesso às novidades do progresso que chegam do além-mar traz, em contrapartida, o risco de afastamento da nacionalidade autêntica.

A fórmula regenerativa para a nacionalidade imperfeita vai buscar nos lugares de sertão a matéria-prima para se fazer outro país. O palpito de que lá nos interiores se guarda o substrato do Brasil ideal se mostra com a constatação de que “além, muito longe daquelas alvas praias arenosas, existe um mundo ignoto mas cheio de excelências, e outra gente, não polida mas sobremaneira varonil, inculta, mas generosa, necessário esta e imprescindível aquele à realidade brasileira”¹¹.

Como se lê, a solução para o dilema nacional também não é perfeita. O mundo do sertão está longe e se mantém desconhecido dos brasileiros da costa. O que a internação propiciou para o resguardo de uma matriz nacional incontaminada, porém, favoreceu de outro lado a sobrevivência de níveis de incivilidade e rude-

10. Carvalho, Elísio de. *O fator geográfico na política brasileira*. Rio de Janeiro: Monitor Mercantil, 1921, p. 62.

11. *Idem*, p. 63.

za. De modo similar, o sertão é definido em valores contrapostos. Citam-se em paralelo qualidades presentes e ausentes; sem causar ilusões ao leitor, o ensaísta pretende radiografar orgulhos e vergonhas de parte a parte.

Há, portanto, obstáculos a serem removidos nos dois lados do Brasil. Se a porção ruim do litoral é sua descaracterização crônica, a parte dispensável do sertão é seu anacronismo e primitivismo. Deve ser empreendida, então, a superação concomitante do estado de civilização decadente reproduzida pela sociedade costeira e daquela barbárie miserável que anuncia a presença do sertão.

Depois de neutralizados os caracteres perniciosos, pode se desenvolver a combinação de positividade de ambos na construção de um terceiro estágio de nacionalidade. Uma outra realidade em que prevaleça o equilíbrio que significa a eliminação das diferenças entre as formações sociais existentes no país. Com a depuração por que devem passar sertanejos e litorâneos se espera o surgimento de “um novo tipo histórico”, que só virá pela influência do componente “necessário e imprescindível” na nacionalização do Brasil: o sertão.

A fronteira no Brasil: desdobramentos do imaginário sobre o vazio-sertão

A introdução da noção de fronteira entre os pensadores sociais brasileiros é inteligível a partir da inflexão que sofre o imaginário sobre o sertão. O projeto de “assalto civilizatório” sobre o sertão proposto em *Os Sertões* de Euclides da Cunha é retocado e especificado pelos intelectuais posteriores. O arroubo contido no receituário euclidiano de que nem que seja “a pranchadas” o sertão será sincronizado ao ritmo civilizatório dá lugar a uma série de ações calculadas, planejadas e racionais. Especialmente nos discursos dos anos 30, momento particularmente efervescente para redefinição das rotas nacionais, o pensador preocupado está confiante de que a sensibilidade de Getúlio Vargas quanto à nossa “*facies*

geográfica” será a derrota irreversível das negatividades persistentes dentro do lugar brasileiro.

A marcha empreendida nesta hora distingue-se daquelas outras empresas de ocupação do interior muitas vezes iniciadas. Levada pelo Estado, a ofensiva sobre o sertão terá caráter intencional, planejado. Ação refletida que poria termo às ressurgências do barbarismo, garantindo, enfim, a completude do processo de civilização pela territorialização do poder central. Agora nossos intelectuais de preocupações geo-políticas aguardam “o advento da hegemonia incontestada do poder central sobre as organizações regionais e a marcha lenta e contínua da civilização no sentido do interior”¹².

A eleição do Estado como responsável pela construção da nação brasileira significa um comando centralizador das medidas de intervenção dirigidas ao sertão. Esta será uma inflexão marcante no modo de imaginar o lugar do sertão na nacionalidade, pois anuncia que apenas o poder central pode articular a sociedade e o espaço nacionais. A matriz narrativa é anterior, mas certamente a atmosfera do período varguista contribui com modos inovadores de pensar esse problema nacional: os vazios interiores com baixa civilização e a desnacionalização das regiões ocupadas.

Está nítido no discurso de então que as iniciativas sobre o sertão pretendem ativar o aproveitamento racional e sistemático dos recursos materiais e humanos da hinterlândia. Determina-se a aceleração de atividades econômicas em direção ao marasmo que é o sertão para que a concertação definitiva de todo o país se faça ao ritmo do movimento produtivo. Teremos, é certo, um Estado nacional onipresente porque atuante em federação integrada por um só mercado nacional.

A narração da fronteira acontecendo no espaço interior do Brasil tem oportunidade de emergir no pensamento social quando se afirma este modo de pensar a existência de litorais e sertões,

12. Sodré, Nelson Werneck. *Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990, p. 11.

com a eleição do Estado como agente solucionador da secular problemática muito antes identificada. Como antes avisado, procura-se fazer notar que o discurso sobre a formação da fronteira significa o desdobramento de um mesmo imaginário: o sertão e a brasilidade.

Assim, o aparecimento de fronteira como denominação recorrente no pensamento social vem a confirmar o sertão como objeto desse pensamento. O que há e o que se fará na/com a realidade social e física do que seja sertão é uma motivação central para a reflexão que agrega outro modo de comunicar o estado pretendido de um sertão modificado, quando então se torna fronteira. Em suma, quando é trazido o nome fronteira para as avaliações sobre o Brasil não se faz mais que deixar intacto o lugar do sertão na auto-definição dos brasileiros.

Se assim o for, resta também perguntar se quando entrelaçada com uma categoria mais poderosa – o sertão – a própria noção de fronteira sofreria uma nova semantização. Mais claro: procura-se confirmar a suspeita sobre significados próprios que são dados a fronteira pela literatura de ensaios “brasilianos”. O que é tomado por fronteira, propõe-se, está informado por um contexto de simbolização do espaço e de seu povo. É a fronteira *no Brasil*, portanto, que, por fim, mobiliza os esforços desses intelectuais. Tal referência, então, é determinante na composição dos atributos identificados na fronteira que aqui acontece.

No exercício de refazer o sentido deste nome, o pensador brasileiro empresta relatos de outras fronteiras como contraste para o Brasil. A comparação entre nós e outras nações torna-se ocasião imperdível para notar como se posiciona a especificidade nacional diante da variedade de histórias nacionais. Neste ponto, sobressai a preocupação em comparar a fronteira em sua versão brasileira e norte-americana. O intelectual encontra neste outro país um exemplo para se empregar no projeto didático de compreensão e mapeamento da brasilidade. A interpretação do Brasil transporta os EUA e sua fronteira, mas o faz sob os critérios de utilidade para seus objetivos máximos: é sobre os nossos trópicos e interiores

que lança o pensamento, é a respeito de seu lugar que querem aprender os leitores ávidos por obras brasileiras.

Acompanhar o percurso que traça paralelismos e dissonâncias entre Brasil e EUA se justifica pela temática motivadora da comparação – o movimento de ocupação do vazio – e principalmente em razão da conversão própria que se opera quando da introdução do estrangeiro em uma narrativa de tomada de posse cognitiva do que é familiar. As formas de apropriação da referência norte-americana e os impactos dessa comparação sobre o modo de ver o Brasil são buscas válidas por indicarem transformações descritivas e valorativas na interpretação de como se faz a pátria brasileira. Ou seja, suspeita-se que falando de fronteiras comparadas o escritor social reorganiza a percepção da paisagem de coisas brasileiras. Mas, afinal, qual seria a profundidade dessa modificação? Resta saber se e em que extensão o pensador troca de olhos ou apenas muda as lentes para ver e relatar o que já sabe existir – o interior amplo e sertanejo.

Nada sobre os usos narrativos da noção de fronteira se esclarece, porém, sem antes precisar de que se fala no pensamento social quando está operando nesse campo semântico. Atenta-se aqui apenas para o discurso que afirma ser o sertão terreno para formação da fronteira no Brasil. Embora a área considerada como de movimentação da fronteira chegue até a Amazônia, ênfase a concepção nativa de que a ocupação interna para acontecer com segurança deve passar pelo sertão. Com isso, admito que nesses escritos a marcha para o sertão não totaliza as regiões imaginadas para serem fronteira. Mas é certo que a representação do imperialismo sobre o espaço propriamente sertanejo é fundante na construção da noção de fronteira.

Ou seja, para se compreender o significado da penetração civilizadora sobre o Brasil inculto – sertão e selva – é indispensável investigar de onde o imaginário sobre a fronteira retira energia simbólica. Sem dúvidas, a fonte mais abundante é a longa e poderosa tradição de opiniões sobre o sertão como um problema para a nacionalidade. Nela está insistentemente marcada uma direção para

onde levar a fronteira: não seguirão as forças de transformação para qualquer sertão. O bom lugar é aquele que se qualifica como sertão vazio, os desertos do Brasil Central, o sertão não utilizado.

Mesmo que a produção de literatura social que informa sobre fronteiras seja mais vasta em termos de áreas e temáticas consideradas, a região imaginária caracterizada que importa aqui recebe o nome de sertão e é localizada pelos autores no coração do país. A diferença há que ser posta: os trechos selecionados são representativos da articulação entre duas preocupações no pensamento social, quais sejam, sertão e Nação. Desse modo, a introdução de descrições sobre fronteira é determinada por uma rede semântica pré-existente. Aí arranjada, a fronteira é sobretudo símbolo. Comunica sobre as qualidades constituintes da nação brasileira, sobre o espaço e seu poder de engrandecimento do povo e da pátria. Diz ao leitor mais a respeito do que é e deve ser o Brasil, menos ou nada se fala de fronteira como lugar pontual, realidade empírica objetivamente identificável. Enfim, está na sociografia como elemento de construção de um discurso sobre e para a Nação.

Fronteira, então, tomada como parte de uma narrativa maior que a engloba em suas tramas de significados e valores. Mas também formadora de uma sub-narrativa relativamente autônoma, composta por modos descritivos inovadores e receptiva a autores antes ausentes. De onde se percebe, pois, relações entre nomes e coisas e entre nomes e escritos trazidas com a ampliação da nomeação para o espaço da Nação.

Contudo, deve-se estar ciente de que a fronteira como denominação eleita pela narrativa das coisas pátrias não é dotada de força para se sustentar como reflexão independente. Ao pensador da nacionalidade só interessam temas e autores que venham a esclarecer a constituição e a reprodução de seu país. Subordinada está como transportadora de significados subsidiários úteis à narrativa-mãe. Assim aparece nos relatos e exatamente por sê-lo revela enorme interesse para a excursão na imaginação da nação brasileira.

Em dado momento, os autores propõem que a ocupação da hinterlândia brasileira através do contínuo avanço de iniciativas civilizadoras pode ser considerada como a extensão de uma fronteira. Esse movimento histórico intermitente na proposição dos textos do pensamento social é tantas vezes tido como evento-gênese da brasilidade e recebe a denominação de validade extemporânea – bandeira. Marchar para Oeste, orientação fundante e revitalizante do nacional, surge com o nome de fronteira móvel. É como diz Cassiano Ricardo, dos maiores contadores do Brasil bandeirante, “(...) a palavra ‘fronteira’, no Brasil, não se separa de bandeirante”¹³.

No entanto, é explícito o aviso de que fronteira não é o movimento, mas sim o pouso, o estabelecimento de pontos de fixidez, a solidificação mínima de núcleos de vida sedentária diante da errância toda que faz o sertão. “Quando o bandeirante parou, nasceu a fronteira”¹⁴. A bandeira em travessia pelo sertão “é conquista, pára e é fronteira”¹⁵. Marca da posse inarredável dos espaços ganhos com a arrancada pelo sertão, a fronteira sinaliza a presença firme de gente povoadora no território do Brasil.

No início, fazer bandeiras era empreender a tomada de terras para formação do mapa brasileiro. Por este tempo, “o bandeirante nasceu ‘fronteiro’, levava consigo a fronteira (*moving frontier*) pelo sentido mesmo de penetração face ao espanhol”¹⁶. Trata-se então de estabelecer limites e divisórias com outros países.

Porém, este sentido de fronteira submerge diante da proliferação de uma definição “internalizante”, verdadeiramente significativa no imaginário da sociografia. Logo que se estanca a ampliação do território além-Tordesilhas, o estímulo “bandeirante” se reorienta para a ocupação dos espaços internos já garantidos.

13. Ricardo, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. XXII. As citações dessa obra são extraídas da primeira e da quarta edição, publicadas em 1940 e 1970, respectivamente; cada referência indicará a edição utilizada.

14. *Idem*, 1940, p. 344.

15. *Idem*, 1940, p. 351.

16. *Idem*, 1970, p. 472.

Aqui, no “bandeirar” sobre a vastidão rareada de gente nacional, acontece a implantação de um conteúdo de civilização na região continental deixada pela conquista histórica.

Para dentro o Brasil começa a crescer. Esta sim a direção de expansão da fronteira. Área demarcatória entre partes constituintes de um mesmo país, a fronteira vem a ser intermédio entre um Brasil “cultivado” pela civilização e outro ainda bruto, muito sertão. Estender em profundidade a nacionalização apossadora das terras de interior, perdidas sem a decisiva marca de pertencer ao Brasil, torna-se a máxima missão dos agentes fronteirais.

No pensamento social, neste ocupar de si mesmo está o profundo sentido de construção da nacionalidade. Atuando sobre o espaço que sabidamente lhes pertence, os brasileiros anseios forjam a existência de seu povo em reunião nacional. A contribuição desse arranque para a realização de nossa ativa independência se dá quando a fronteira se instala em espaços de sertão. Ou seja, apontar para dentro é o mesmo que dizer para o sertão. Portanto, espalha-se fronteiras onde era sertão. A substituição de um por outro é que faz o movimento coletivo gerador da Nação. Esclarece diferenças e distingue valores entre eventos de formação de fronteiras uma perspicaz fala de Cassiano Ricardo:

“O sertão casa com a raça, o homem com a floresta.

Floresta e sertão são coisas diferentes, pois. A primeira entra em contato com o branco do litoral; o segundo, mais tranca-do no centro, só admite o branco duplicado em negro ou índio para a obra da conquista (...) *a floresta amazônica é portuguesa, na conquista; o sertão é brasileiro ou mameluco.*”¹⁷

Conforme está dito, separam-se duas porções que compõem o mapa representado do Brasil vasto. Sertão e floresta amazônica são postos como regiões disponíveis à expansão, à ocupação, enfim, ao aproveitamento econômico. Reservas nacionais, “espaços de futuro”, diria Cassiano Ricardo. Entretanto, a significância de

17. *Idem*, 1940, p. 221 (grifos meus).

um e da outra para a concretização da nacionalidade é desigual. Segundo a mito-lógica acima, no sertão se opera a transmutação de um povo partido, fragmentado em individualidades, em direção a uma raça que aí se combina. Raça nova, original do Brasil, importa observar.

Quando se avança para a hiléia, pouco se leva. Basta “o branco do litoral”, um português apenas transportado, sem estar aclimatado às características deste lugar, sobrevive sem misturar-se racialmente e, importante, sem mover-se pelo espaço. O branco que não ousa percorrer o interior; daí a possibilidade de continuar isolado no litoral em sua brancura lusitana. Forças só pode ter para conquistar as bordas litorâneas, das quais as portas da floresta amazônica são mero prolongamento. Ainda aqui os velhos caranguejos lusitanos receosos de avançar além da costa segura. Porque se ousassem logo deixariam de sentir-se de fora; entrar para o interior deixa duas opções: ou ficar brasileiro-mameluco-mulato ou perecer pelos tormentos do sertão.

Somente como raça, produto nacional da mistura, resultado fortalecido da união de grupos isolados, pode a gente local encontrar sucesso na tomada do sertão. Depois da associação está feita a composição racial legitimamente brasileira, propiciada apenas e somente quando conquistando-se a hinterlândia. No sertão, conta-se, nasce o brasileiro como povo e surge o gérmen da nacionalidade autêntica.

Origem mítica confirmada em outros autores. Até mesmo Gilberto Freyre, dedicado a pensar a versão racial de formação da brasilidade, reforça a idéia da ruptura com os antepassados europeus no momento da expansão pelo sertão. Em sua *Interpretação do Brasil*, Freyre inclui os personagens destacados na “história da ‘fronteira móvel’ no Brasil” – “paulistas e brasileiros de outras regiões” – como participantes da progressiva nacionalização que se afirma. Como diz:

“Em virtude da predominância desse tipo na exploração de novas terras, a colonização do Brasil logo deixou de

ser estritamente européia para vir a ser um processo de auto-colonização: um processo que haveria de tomar, depois da Independência, caráter nacional.”¹⁸

Embora o abasileiramento em Freyre demore bem mais a se realizar que na interpretação de Cassiano Ricardo, importa agora fixar apenas a rede de causalidade. Para além da datação histórica, persiste a proposição de que com a exploração de novas terras o Brasil desenvolve seu caráter de Nação. Quanto ao modo de nomear tal evento como “processo de auto-colonização”, anuncia importante representação sobre o significado da fronteira “introspecta” que acontece no Brasil, para a qual retornaremos adiante.

De tudo, pode-se sustentar que os autores concebem a fronteira como fato formador da nacionalidade quando ocorrendo no sertão. A dimensão heróica dessa empresa é dada pelo seu poder propiciatório do sentimento e da realidade de independência e patriotismo. Isso a distinguiria, por exemplo, do avanço de fronteira pela região amazônica. Nesse salto expansionista, também realizado entre limites internos, o que se põe em ato é a capacidade de realização e empreendimento do bandeirantismo perene na sociedade brasileira. Continuar em outras terras a conquista e ocupação da fronteira primordial – o sertão – é seqüência confirmadora do espírito inquieto por espaço que, dizem os que escrevem a nação, particulariza o Brasil.

Contrastando: outras fronteiras não-sertanejas são questão de soberania, de afirmação da presença do poder estatal sobre seu território. Exercício de força da Nação cuja origem está na realização de fronteiras em outra direção. Não pelas bordas do mapa nacional, mas através de seu centro, de seu coração, passa o curso da fronteira mítica, primeira e eterna... onde era, onde é sertão.

18. Freyre, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947, p. 101-2.

Este avanço, portanto, tem ponto de chegada traçado. Não se marcha sem rumo. Quer-se chegar a um sertão vasto, desocupado. Pela previsão de Cassiano Ricardo, é como se houvesse a espera permanente “até que a bandeira penetre as zonas centrais, onde estaria guardado o futuro Brasil como raízes próprias, hoje profundas”¹⁹. Apenas quando “caminhar para dentro da terra” a bandeira de qualquer tempo pode cumprir sua função nacional: “ida para a democracia, volta para a independência”²⁰.

Chegar ao centro do Brasil e fazer fronteiras no sertão – nosso grande deserto – é a história repetida e interminável que se conta no pensamento social. Por este trajeto passa a epopéia do nascer e renascer da gente brasileira. Não há dúvidas: para o coração do país apontam todos os guias intelectuais da nacionalidade quando tratam do espaço nosso. Em direção ao Brasil Central forma-se a fronteira de efeitos formativos do corpo e da alma da Nação, pois que aí há o sertão matéria-prima da transmutação contínua de nacionalização daquilo que já é brasileiro de direito. É este, dizem, o vazio disponível, as terras largas de onde se pode aproveitar riqueza natural e humana.

As razões para mira tão obstinada estão legíveis. Elísio de Carvalho, em *O fator geográfico na política brasileira*, apresenta-as com clareza. Para ele, “O Brasil Central era ignorado (...) E esta força, que assim apareceu, *há de ser incorporada à nossa nacionalidade e há de entrar esta como perpétua afirmação da mesma nacionalidade*. Ela há de, assimilada pela civilização, assegurar nossa independência, impondo-nos ao respeito das nações estrangeiras”²¹.

Os eminentes ensaístas só têm olhos para o manancial resguardado no centro do mapa. Na urgência de se formar fronteiras para dentro, oferecem o roteiro seguro, garantem o retorno certo. Quantias e qualidades se trazem do sertão, ganhos econômicos e

19. Ricardo, Cassiano, *op. cit.*, 1940, p. 19.

20. *Idem*, 1970, p. 457.

21. Carvalho, Elísio de., *op. cit.*, p. 65 (grifos meus).

aumento de brasilidade são frutos do deserto outrora vazio, agora fronteira e fertilidade. Mais que a direção geral desse lugar, o itinerário narrado é também preenchido por logradouros nominados. Para render tudo que se espera, a fronteira deve ser fixada em sertão delimitado geograficamente. Ao avançar na intenção prescritiva, o conteúdo das indicações de mudança sobre o sertão perde o teor vago dos conselhos sem endereço. Sabe-se o que deve ser feito, mas também para onde ir.

As coordenadas de localização do sertão que interessa para o ideal de formar fronteiras estão claras e acordadas entre os topógrafos-intelectuais. Confirmadas como na proclamação de Cassiano Ricardo de que "(...) a necessidade de ocupação do sertão pela posse efetiva e redescoberta de zonas ainda virgens, nunca exploradas, principalmente nos Estados de Mato Grosso, Amazonas, Pará e Goiás"²².

Especificação de objetivos e de pontos de intervenção que se produz aceleradamente no pensamento social e que estaria favorecida quando da entrada da perspectiva de fronteira na explicação do Brasil. Vem de antes, não se deve esquecer, o amplo arranjo de representações a respeito do sertão e o projeto de sua necessária incorporação. A discussão desse artigo propõe que esses significados têm existência autônoma, isto é, dispensam a nomeação de fronteira, são totalidade íntegra fora do contexto narrativo da expansão da fronteira.

Isto não significa, porém, que este modo descritivo recém-chegado na escrita sobre o nacional não cause impactos consideráveis. Conceber a transformação do sertão-vazio central como deslocamento de fronteira carrega definições que trazem novidades. O sentido de rumar para os sertões é inegavelmente modificado com a "descoberta" de outras possibilidades de compreensão do que se passa no Brasil. Dentre os efeitos mais imediatos, a intensificação e a definitiva supremacia de um paradigma com semântica econômica para olhar e descrever o vazio, bem como para

22. Ricardo, Cassiano, *op. cit.*, 1970, p. 595-96.

justificar a ação sobre ele. Os objetivos de utilização ou usufruto das regiões sabidas desertas de capitais de pronto exigem maior precisão na demarcação do sertão de que se fala. Alvos que precisam estar em foco inconfundível, pois.

O acontecimento de relevo nessa literatura, porém, está na referência a um grupo de obras até agora ausentes. Se a construção das imagens de Brasil pela tradição de pensamento social trabalha com o recurso à citação de autores estrangeiros, a temática da fronteira móvel reorienta esse hábito dos intelectuais locais.

O recurso a textos estabelecidos tem sido praticado desde muito. Contudo, não são poucas as críticas sobre a dissonância entre idéias renomadas e o desejo comunicativo do analista brasileiro. Normalmente resulta numa combinação mal harmonizada entre o que a grande tradição fala a respeito dos trópicos e o que o esforço nativo pretende afirmar de frente ou no texto subliminar. Olhando para dentro da obra nativa apenas, caberia lançar o diagnóstico das “idéias fora de lugar”, na expressão de Roberto Schwarz.

E tal prática está em todo o dilema entre ver-se com aparelhos de visão nacionais ou resistir na condição colonizada de confiar na garantia dos exames de fora. A oscilação na escolha entre a representação autorizada e o relato novo e autóctone pode ser qualificação fidedigna para o pensamento social. No entanto, ingenuidades devem ser excluídas do trato com o trânsito de idéias. Quando permitida a presença de um autor estrangeiro nos retratos do Brasil, com certeza, algo do que ele diz está compatível com ou tem lugar possível na referida montagem da brasilidade. Do contrário, a permanecer por muito tempo o incômodo com excrescências de tais empréstimos, o pensamento nativo não subsistiria no projeto de narrar o curso de uma Nação para a qual se tem impressões otimistas. Quem é confirmado como boa fonte de inspiração por tempo razoável e recuperado em bom número de autores está sendo oportuno a um propósito narrativo daqui mesmo.

O fato é que, de pouco a pouco, o pensamento social local afirma suas intenções discursivas, mostrando um modo de contar



vindo de brasileiros e dirigido a um público de patrícios. Comparado às obras de foco racial sobre a nacionalidade, o grupo de textos problematizadores do fator espaço na formação do Brasil está menos exposto a interpretações prévias sobre seus objetos de reflexão. Por certo, a atenção do curioso europeu se dava muito mais sobre as raças e a natureza exuberante dos trópicos que sobre seus desertos extensos.

Isto seria verossímil até o momento de prevalência dos modelos europeus sobre leituras e escritos dos nacionais. A intensificação de contatos com a experiência norte-americana expõe os pensadores brasileiros a outro campo de influências intelectuais. Dessa ligação entre americanos se produzem interesses recíprocos. Descem para o Brasil nova espécie de investigadores ávidos por conhecer o país.

A comparação entre fronteiras: Brasil e EUA

Cabem nas preocupações momentâneas desse trabalho somente aqueles resultados das incursões de estudiosos norte-americanos que tratem do processo brasileiro de ocupação do território. Alguns desses curiosos senhores reconheceram aqui um fenômeno análogo àquele conhecido nos EUA como conquista do Oeste. Ou seja, a análise do Brasil conforme feita pelos americanos do norte põe em paralelo o movimento da fronteira para o *far-west* e a extensão da fronteira pelo sertão do Brasil Central, contudo jamais se afirma sobre sua identidade.

Para o norte-americano, a ida ao Brasil e o contraste com sua terra não redimensiona o pensamento que seus compatriotas já consolidaram sobre a formação de sua nação. Nem o nosso ou qualquer outro país de dimensões continentais altera uma representação que já está pronta e que dispensa elementos explicativos externos. A pátria desse escritor estrangeiro se concebe como incomparável porque única em sua conformação societal.

Por isso, a opinião do autor norte-americano faz alusões a esta realidade deixada no lugar de origem, mas quer mesmo é con-

tar sobre o Brasil. Aqui chegando e lendo o escritor nacional absorve a idéia de Brasil em construção; nossos pensadores estão ávidos por sugestões de como nos entender melhor. Bem-vindos são aqueles que lhes inspirem modos mais acertados de dizer sobre temas e problemas tão refletidos pelos intelectuais locais.

A bibliografia à disposição do estudioso ianque vem produzindo um modo de descrever e explicar o Brasil que sem demoras é incorporado no trabalho do estrangeiro. Não por acaso, então, as impressões desse visitante se fazem em relação ao sertão na formação da nacionalidade brasileira. Intranqüilos permanecem enquanto não entenderem o enigma que é esse interior sertanejo do Brasil, pois pressupõem, reafirmando o que existe no pensamento social daqui, que do sertão nasce a nação mas também os seus problemas mais duradouros. Enfim, na interpretação "de fora" acerca das singularidades deste país igualmente se fala prioritariamente em sertão.

Constatar dimensões particulares e gerais a partir do exercício comparativo é dos resultados mais interessantes desses textos de estrangeiros. Aspectos singularizantes das ocorrências de fronteiras em cada país, bem como as semelhanças na conquista social dos espaços disponíveis, estão entre os trechos melhor lidos pelos pensadores brasileiros. Adiante-se que a literatura sobre o Brasil, composta por estudos de ênfase na apropriação do espaço, crescentemente é incorporada nas referências dos textos ensaísticos do século XX. Com freqüência, a citação dessas obras acontece, e sempre envolvida de esclarecimentos reconhecedores da validade interpretativa de seus autores.

Não cabe aqui o aprofundamento das características e implicações dessa produção. Recolhemos de um vasto e variado conjunto de textos aqueles que se sobressaem nas referências bibliográficas das obras brasileiras aqui consideradas. Na perspectiva desta seção, os estrangeiros vindos dos EUA não são significativos pelo valor isolado que tenham, mas sim pela importância que lhes é atribuída através da incorporação a uma obra local. Por certo, sobra deles o que

tenha sido peneirado pelo interesse do leitor-escritor da nação: a descrição do Brasil por olhos de americano.

Dentre os textos publicados, *Formação econômica do Brasil* de J.F. Normano, traduzido em 1945, é dos trabalhos mais lembrados pelos escritores locais. O valor das conclusões de Normano, acredito, está na apresentação de um modelo fundante de interpretação do Brasil. Ele mesmo nota surpreso a ausência de interpretação do desenvolvimento brasileiro como deslocação de fronteira. Muito se fala do bandeirantismo, contudo, analisando-o como fenômeno local e em tom de elegia aos paulistas. Ao que parece, Normano é autor pioneiro em detectar na história brasileira a expansão da sociedade e do Estado sobre o espaço como fronteira em movimento.

Para agora, contudo, não há propósito em confirmar a exatidão desse auto-atribuído pioneirismo analítico²³. Tendo seu estudo publicado em 1935 nos EUA, Normano se não foi iniciador desse modo de ver o Brasil pelo menos é autor a quem muito se recorre. Neste artigo não há inquietação por saber a fonte primeira de uma idéia. A intenção é tão somente acompanhar o seu curso quando tenha sido re-apresentada no pensamento social. Lemos um autor de fora querendo visualizar sinais de contatos e apropriações entre ele e os nossos. E isso porque fora indicado como fonte a que se deveria retroceder pela leitura do texto de brasileiros. Que se entenda, então, as razões das afinidades rastreando original e citações.

De imediato, a proposta de Normano e o modo como se constrói a sua defesa é garantia de interesse dos brasileiros. Com a autoridade concedida a um estudioso vindo dos EUA, a constatação de que a análise da fronteira em movimento é adequada ao caso

23. Conforme se apreende da observação de que " a deslocação de fronteira no Brasil ainda não foi objeto de estudos, como já foi feito com a dos Estados Unidos. Apesar das numerosas descrições sobre os *bandeirantes* o termo 'deslocação de fronteiras' nunca foi, que eu saiba, usado com referência ao desenvolvimento brasileiro. " (Normano, J.F. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945, p. 3, grifo no original).

brasileiro é muito bem recebida pelo intelectual pátrio. Este último acompanha a análise comparativa, todavia sem perder de vista a tarefa que lhe cabe, qual seja, definir o que é próprio do Brasil apenas.

Justifica-se a procura pelas idéias do autor de fora porque trazem possibilidades inéditas de nomear a conquista do espaço nacional. No caso de Normano, estão sistematizadas idéias-mestras do discurso sobre o deslocamento de fronteira brasileiro, associadas a descrições do sertão correntes no pensamento social. O que importa nele, portanto, é derivado da afirmação básica de que “essa deslocação [da fronteira] teve lugar no sertão”²⁴ e continua assim pois esta “desloca-se cada vez mais profundamente pelo sertão a dentro”²⁵.

A narrativa segura dos fatos que para o autor aqui vem acontecendo segue com o propósito de construir uma explicação que unifique as ações de fronteira ao longo da história do Brasil. Por outro lado, também quer defender uma fórmula interpretativa “para o processo de colonização interna de todo país grande”.²⁶ Ao fim, o propósito de Normano é estender além dos limites norte-americanos as sugestões do narrador-mestre da fronteira desse país, Frederic Jackson Turner²⁷; buscando confirmar uma aplicação universal de Turner²⁸. Acrescentando mais exemplos a seu intento de pesquisa, desce aos trópicos do sul para comprovar que aqui está outra fronteira que se pode ver similar mas também destoante daquela que conhece.

24. Normano, J. F. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945, p. 76.

25. *Idem*, p. 11.

26. *Idem*, p. 1.

27. A síntese da tese de F. J. Turner para o movimento de fronteira e o desenvolvimento dos EUA está em “The significance of the frontier in american history” e em “Contributions of the West to american democracy”, datados respectivamente de 1893 e 1903. Podem ser consultados em Taylor, George Rogers (ed.). *The Turner Thesis Concerning the Role of the Frontier in American History*. Boston: D.C. Heath and Company, 1956.

28. Cf. Normano, J. F., *op. cit.*, p. 2.

Esclarece de início uma definição para deslocamento de fronteira que coincide com a que vigora entre as nossas narrativas. Diz que esse conceito está usado “para significar a expansão econômica territorial de um país, dentro de seus limites políticos. (...) Não é a expansão do território político, mas a *incorporação do território existente à vida econômica da nação, a colonização interna nacional*”²⁹. Opta então por uma concepção, a seu ver, “mais restrita do que a usualmente adotada por historiadores nos Estados Unidos”³⁰.

Isso porque “a expansão do Brasil teve e tem caráter pronunciadamente interno. É a ação constante de valorizar a área política, de levar o desenvolvimento econômico mais perto da fronteira política”³¹. Movimento que retira seu impulso da descompensação entre áreas internas gerada pelo fato de que o mapa econômico brasileiro é menor que o mapa político³².

Acima de tudo, o autor crê que “este movimento formou a nação”³³, tal como ocorrera em seu país de origem. Porém, apres- sa-se a dizer, o processo de *nation-building* lá e cá apresenta uma distinção notável já que “a expansão externa, tão importante, por exemplo, na história dos Estados Unidos, nunca teve grande significação para o Brasil”³⁴. Portanto, fala agora de uma nação que se vem fazendo a partir de si mesma, tendo como objetivo o aproveitamento daquilo que é seu em terras e homens.

Mas as diferenças vão além. Se a fronteira no *far-west* estancou há muito e já concluiu sua colaboração para a nação, aqui no sertão brasileiro a fronteira se transmuda, mas persiste plena em seu fôlego expansionista. Enfim, pensa o autor que “embora seja hoje um fato pertencente ao domínio passado nos Estados

29. *Idem, ibidem* (grifos meus).

30. *Idem, ibidem*.

31. *Idem*, p. 2-3.

32. Cf. Normano, J. F., *op. cit.*, p. 13.

33. *Idem*, p. 3.

34. *Idem, ibidem*.

Unidos, a 'deslocação da fronteira' ainda se está processando no Brasil"³⁵.

A percepção de nossa fronteira como uma ocorrência ainda em processo se deve à compreensão das modalidades em que este movimento se expressa, sujeitas a variações no seu formato de ação mas constantes em seu projeto geral de transformação do sertão. Vendo assim, Normano reconhece a continuidade que atravessa o tempo porque "testemunhamos séculos de deslocação de fronteira no Brasil, iniciada pelos bandeirantes e trilhadas hoje pelos homens de negócio. A diferença está na forma e nos métodos; o objetivo era e é o mesmo – a extensão do território econômico"³⁶.

O fato é que "a fronteira econômica ainda se move, pois as reservas territoriais (políticas) do Brasil estão longe de ser esgotadas"³⁷. A evolução social está se realizando e como nos primeiros tempos de colônia, "ganhando um imenso sertão"³⁸. O deslocamento não cessou, porém, insiste Normano, "quão diferente é o processo dos tempos modernos, do das penetrações isoladas (...). O movimento transformou-se (...) e hoje tem sua seqüência histórica na abertura do sertão por modernos meios de comunicação e colonização mais organizada"³⁹.

Mais que nunca define-se a marcha da fronteira como sendo uma estratégia imperialista – intervenção dominadora sob uma região de valor econômico-político-simbólico. Transformar o sertão-vazio é realizar o "'imperialismo' econômico-nacional-interno, consistindo na integração de todo o país num sistema econômico único, baseado em meios modernos de transporte, [e que] suavizará as forças desintegradoras da história do Brasil (...) formando um sólido fenômeno econômico para a federação política"⁴⁰.

35. *Idem*, p. 1.

36. *Idem*, p. XV.

37. *Idem*, *ibidem*.

38. *Idem*, p. 6.

39. *Idem*, p. 11.

40. *Idem*, p. 22 (grifos meus).

É preocupação do trabalho de Normano vislumbrar a atuação recente da fronteira em movimento, configurando a missão contemporânea do avanço sobre o sertão. Ou seja, quais as motivações que renovam para os brasileiros deste tempo (anos 30-40) a vontade de bandeirar?, pergunta-se Normano. De início, a constatação de que “o sertanejo (...) continua a influir na história do Brasil e constitui um problema para o futuro brasileiro”⁴¹.

Que é afinal este lugar sertão?, interroga-se o autor. A que se deve a sua capacidade de determinar os rumos de um país como este Brasil? Para a primeira questão a definição é de que “o sertão é o cenário invisível onde se processa o desenvolvimento do Brasil (...) o sertanejo das colinas e florestas ainda é uma figura misteriosa e mística. O sertão é o interior enigmático do Brasil”⁴². Mais difícil de precisar é o local onde encontrar sertão. A saída de Normano é preciosa: sertão é onde a fronteira ainda não está. Em suas palavras, “a localização geográfica do sertão não é estável, mudando com o movimento ou deslocação da fronteira, produto do desenvolvimento econômico”⁴³.

Tudo que se sabe é que “a evolução do país é dependente da penetração do sertão”⁴⁴. Levar desenvolvimento e civilização para o interior para assim diminuir a esfera do sertão. Mover sempre a fronteira econômica dado que “a importância do sertão reside no seu poder de consumo. O ajustamento do sertão à economia monetária é a condição preliminar para a criação de um vasto mercado nacional. A economia monetária exige a organização de transporte barato; sem ele o sertanejo não tem comunicação com os mercados e continua a levar uma vida de bastar-se a si mesmo. *Economicamente, ali reside o futuro do país*”⁴⁵.

O programa de deslocação de fronteira pouco tem feito para remover o problema “imutável”: “aumentar o território do ‘Brasil

41. *Idem*, p. 76.

42. *Idem*, p. 91.

43. *Idem*, p. 87.

44. *Idem*, *ibidem*.

45. *Idem*, p. 91 (grifos meus).

econômico' e injetar uma substância econômica na área política"⁴⁶. As colônias a serem viabilizadas e integradas ao mercado nacional lá estão à espera, ricas e vazias: Amazonas, Mato Grosso, Goiás e outros Estados do Interior⁴⁷. Assim o autor forasteiro vê o Brasil se fazendo. Em todo a sua existência, "a nação se formou por esse processo; e agora ele forma os Estados Unidos do Brasil econômico"⁴⁸.

Estas são as proposições de Normano que melhor recebem a concordância do pensador social brasileiro. Das citações extraídas e reorganizadas no interior de um texto nacional se nota em que sentido são aproveitados os escritos de norte-americanos. Não só o estudo de formação econômica apresentado por Normano é objeto de apropriação. Outro exemplar da brasileira primeiro escrito em inglês bastante mencionado é *A conquista do Brasil*, de Roy Nash.

A narrativa de Nash retraza as direções em que se espraiou a aventura colonizadora no Brasil desde a era do bandeirantismo paulista. No entanto, a seção que mais está destacada se encarrega de assumir o paralelo entre a conquista do Oeste no Brasil e nos Estados Unidos como "analogia perfeita"⁴⁹. A comparação entre os dois processos e as eventuais distinções verificadas são trechos requisitados na leitura por brasileiros. Como já se disse, quando surpreendida uma referência estrangeira na narrativa local é certa sua participação em um enunciado maior sobre a brasilidade. Dos textos alienígenas, só se filtra a discussão caracterizadora, que atribui especificidades e adjetiva no singular o que vê ser brasileiro. Por isso, de tanto verbo pouco quer o escritor local, que nunca perde de vista a demarcação do que é próprio do Brasil apenas.

Deste *A conquista do Brasil* se atenta também para a imaginação projetiva de uma fronteira por vir. Apanhando lições da

46. *Idem*, p. 282.

47. Cf. Normano, J. F., *op. cit.*, p. 150.

48. *Idem*, p. 282.

49. Nash, Roy. *A conquista do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 493.

conquista norte-americana, Nash quer indicar aos brasileiros a melhor maneira de otimizar a conquista que ainda há por fazer. Embora a última fronteira em seu plano de ação seja a Amazônia, nota-se que o suposto que organiza a descrição e a nomeação de fatos e processos leva a pensar na idéia de uma única longa fronteira que se distende. Mesmo havendo variações no modo de fazer ocupações sob um eixo diacrônico, persiste a intenção e o resultado da conquista do vazio.

Fronteira aqui é ir aplainando pela civilização a superfície do mapa nacional: transformando sem cessar espaços e população para se ter ao fim um horizonte homogêneo e livre de discrepâncias. Conforme o dizer de Nash, assim se realiza o sonho do Oeste para o Brasil: “Imaginamos a conquista do Amazonas como a *continuação, no tempo e no espaço*, da conquista de Goiás e de Mato Grosso (...). O limite entre a civilização e a barbárie irá se deslocando lentamente, década por década – século por século, talvez – até finalmente rolar pelo talude abaixo e assenhorear-se do baixio Amazônico”⁵⁰.

Empurrando cada vez para mais longe a barbárie, a fronteira deve colocar em seu lugar a produção de riquezas. O vazio há de ser progresso econômico, civilização feita por bens e consumo de tudo. Como na receita, “cada palmo de terreno conquistado terá que ser ocupado por um exército de agricultores, boiadeiros e mecânicos”⁵¹. Nessa operação bélica que parece ser a tomada do Oeste-sertão é indispensável avançar produzindo. Contudo, é conselho de Nash que “a arma com que iniciar a ofensiva não deve ser o individualismo sertanejo, mas, o coletivismo moderno armado com as armas percucientes do saber”⁵². Pede assim que a fronteira se faça enquanto ação social, estimulada pelo auxílio oficial, pela ação cooperativa e sobretudo sob a retaguarda de grandes somas de capital. Longe está o tempo do amadorismo na iniciativa de

50. *Idem*, p. 494 (grifos meus).

51. *Idem, ibidem*.

52. *Idem*, p. 493.

conquista. Na fase contemporânea quer-se fazer planejamento, medidas, cálculos. Olhares de cobiça racional devem os brasileiros ter para com os vazios que lhes restam.

A fronteira brasileira como singularidade nacional

Compartilham do mesmo pensamento os intelectuais brasileiros. A lógica econômica prevalecente nos diagnósticos para o Brasil escritos de fora é convergente com a perspectiva em que nossos homens cultos passam a fazer os retratos de seu país. Propor a utilização do interior através da produção ativa e integrada a um mercado nacional é recomendação comum à etapa mais recente do discurso de escritores sociais (anos 30, 40 e 50). Empatia rápida é o que acontece nesse encontro de pensadores dos “movimentos” da nação.

Entusiasmados com as sugestões interpretativas trazidas pelos norte-americanos ficam autores como Fernando de Azevedo, cujo *A cultura brasileira* é dos escritos que mais requisitam a fala desses estudiosos. Interessados, como ele, estão todos esses leitores “empenhados”. Tanto a caracterização do Brasil econômico, do país útil incorporando suas colônias internas por meio de um imperialismo “cordial”, quanto a agradável semelhança entre o nosso vazio-sertão em ocupação e o glorioso *far-west* são temas reafirmados por pensadores autorizados em brasilidade.

Sem esquecer, porém, que a possibilidade de comparação é apresentada como introdução a um debate, seguida pela referência ao estudioso norte-americano para então se atingir o núcleo da discussão – em que o Brasil difere. Desse modelo de apropriação na sociografia algumas construções de *A cultura brasileira* são paradigmáticas, nas quais o autor revela seu interesse em pensar o Brasil dentre “as sociedades pouco densas e que dispõem de vastos espaços”⁵³, nas quais aconteceu o “fenômeno a que Turner

53. Azevedo, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo: Edusp/Melhoramentos, 1971, p. 74.



chamou 'deslocação de fronteira', para significar a expansão econômica territorial de um país, dentro de seus limites políticos, e que ainda se está processando no Brasil [e que] foi, como observa J.F. Normano, o movimento verdadeiramente formador da nação"⁵⁴.

Aqui se semeava a fronteira pulverizando os focos de civilização, marcando "o esforço constante do homem para a posse do meio e a utilização das forças da natureza"⁵⁵. Enquanto, nos EUA, a marcha era compacta e mais uniforme, sem deixar brechas de vazio. "Esta é precisamente a diferença fundamental, já apontada por Roy Nash, entre a expansão territorial, na América do Norte, regular, ordenada e contínua, numa só direção e acompanhada quase sempre de progressiva colonização interna, e a expansão geográfica, no Brasil, irregular, desordenada, realizada em quase todas as direções, sem um desenvolvimento econômico paralelo ou simultâneo"⁵⁶.

No caso brasileiro, a zona de fronteira se fragmentou em pontos dispersos de contato entre a parte colonizada e o sertão desconhecido. Apesar dos problemas de desequilíbrio deixados, esse modo de ocupação do espaço se devia menos à eventual desorganização dos planos de interiorização e mais à imensidão do sertão a ser tomado e civilizado. Isso torna maior a epopéia dos sertões no Brasil posto que "esse fenômeno de dispersão que resultou do fato de se estender o sertão no Brasil 'em fundos proporcionais à desmedida linha de face ao oceano', (...) trouxe, com efeito, a maior expansão geográfica de que tem conhecimento a história, realizada por um pequeno agrupamento humano"⁵⁷.

Aceitando que sejam estas as diferenças, Fernando de Azevedo se permite sugerir ainda que a valorização do sertão não só tem formado a nação como também tem sido responsável por um Brasil mais "democrático e igualitário". Neste ponto, a narrativa

54. *Idem*, p. 97.

55. *Idem*, p. 66.

56. *Idem*, p. 98.

57. *Idem*, p. 99.

de *A cultura brasileira* é preciosa, pois é quando podemos ler a confluência de representações de dois mitos nacionais em um mesmo relato. Explica-se: ao mesmo tempo que especifica como a fronteira se movimenta no Brasil, Azevedo concebe o sertão como um espaço de gestação de uma sociedade com características facilmente localizáveis nas narrativas norte-americanas, em particular a sua versão mais popular, Frederic J. Turner⁵⁸.

Ele mesmo justifica que “o contato de raças diferentes, a miscigenação praticada em larga escala e variável com a latitude e a classe social, as migrações internas, o nomadismo do pastoreio, a liberdade de vida nos sertões e, em geral, no interior do país, o espírito de independência que gravam as distâncias e o isolamento, tudo isso contribuiu para desenvolver em alto grau o sentimento democrático e as tendências igualitárias”⁵⁹. Em resumo, foi no Brasil que “essa raça de mamelucos, autoritários e valentes, habituados a contar consigo mesmos, plasmavam, na atmosfera livre dos sertões, a matéria social mais favorável à constituição de um direito mais individualista de certo modo e mais igualitário”⁶⁰.

Pela narrativa do surgimento do Brasil operada em Fernando de Azevedo se confirma o modo de usar seleções da história do Oeste norte-americano. Para o seu caso particular, a compreensão do evento brasileiro inclui a fronteira como trajeto de evolução da sociedade nacional, mas também concebe que no sertão invadido se formavam os primórdios de uma democracia de base individualista e igualitária.

Assim pensando, Azevedo ajusta descrições aplicadas aos EUA quando ordena fatos já aceitos como pertinentes à formação do Brasil. Os acontecimentos enumerados são anteriores na invenção escrita da nação brasileira, pois dizer desse modo sobre a

58. A narrativa de Turner sobre a fronteira norte-americana como versão fundante do mito nacional deste país é discutida por Janaína Amado (“Construindo mitos (...)”), *op. cit.* 1995) e Lúcia Lippi Oliveira (*Op. cit.* 1996).

59. Azevedo, F., *op. cit.*, p. 225.

60. *Idem*, p. 172.

caminhada para o sertão é repetir o que há muito se conta. Sem prejuízo da tradição narrativa incorpora-se uma interpretação vinda de outra estrutura mítica – aquela que rememora as origens da sociedade norte-americana.

Ao fim, o achado de uma possibilidade comparativa e a ampliação dos recursos de nomeação do que se crê ter passado no Brasil mantém continuidade com a fórmula brasileira de imaginar a nação. O que se retira de outros é posto em correspondência com representações validadas entre nossos intelectuais e junto a elas é ressignificado na colocação de outro referente: o sertão do Brasil.

Ou seja, a etapa comparativa presente na narrativa do movimento de fronteira para as lonjuras vazias do Brasil é nada mais que o uso alegórico do exemplo norte-americano. Este propósito está textualmente assumido no trabalho clássico de Clodomir Viana Moog, *Bandeirantes e Pioneiros* dispensa intermediação para apreciar analogias entre os processos formativos de Brasil e EUA ⁶¹. Um autor brasileiro faz por sua iniciativa a “excursão” ao Oeste americano, plenamente convencido de que a conquista dos grandes espaços vazios é acontecimento máximo da “infância” de ambas as nacionalidades e por isso definidor dos aspectos característicos de sua maturidade enquanto sociedades.

Capturar os eventos de gênese nos dois casos, para em seguida anunciar um projeto normativo para o Brasil, é objetivo de fundo em Viana Moog. Se lá o pioneiro foi o artífice do espírito e dos princípios do povo norte-americano, aqui o bandeirante tem sido o tipo social produtor das linhas mestras da brasilidade. Por esta razão, seria válido recompor em paralelo a conquista do espaço nacional e seus motores culturais.

Esquivando-se de detalhamentos do pensamento de Viana Moog, intencionalmente se reforça nele somente a formulação ale-

61. Lúcia Lippi Oliveira, em “Bandeirantes e Pioneiros. As fronteiras no Brasil e nos Estados Unidos” (*Novos Estudos*, nº 37, nov. de 1993, p. 214-224), analisa esta obra de Viana Moog com questões semelhantes às minhas. Seu argumento concentra-se em aspectos distintos do texto, mesmo assim nossas interpretações são complementares.

górica. Como exemplo dos melhores para acompanhar esta prática da escrita nacional, recupera-se a indiferenciação entre conhecimento e prescrição no texto de interrogação sobre o Brasil. Quando então saber sobre outros para descobrir a nós mesmos é sustentação de enunciados valorativos dirigidos ao Brasil. *Bandeirantes e Pioneiros* se justifica em seu objetivo principal: “compreender criticamente o fenômeno global norte-americano, para melhor encontrar a decifração das incógnitas de nossa civilização e do nosso próprio destino”⁶².

Desse ponto parte o autor a construir uma crítica cultural ao seu país que oscila entre afirmações de rejeição e negação de dimensões da sociedade nacional, elogios aos norte-americanos de ânimo pioneiro, para finalmente deixar vislumbres otimistas para o Brasil. Enfim, a narrativa de Moog vai aos EUA para extrair o bom modo de fazer espaços e depois indicar aos patrícios seus a melhor diretriz de construção nacional. Como fazer o nosso destino é a inquietação última desse observador das coisas norte-americanas e brasileiras. Não só: a crença mesma em um destino brasileiro, em um estágio ainda por vir, é de fazer-se notar na leitura imediata.

Todos esses aspectos da história contada por Viana Moog decorrem do procedimento base de seu argumento: contrastar ressaltando diferenças. Com isso, o modelo do pioneiro funciona como construto especular para o modelo nacional do conquistador – o bandeirante. De resto, a referência aos EUA só existe em função do objetivo de caracterização do que foi e do que deverá ser o Brasil na sua qualidade de país vasto em fronteiras. Moog intenta explorar a discordância entre pioneiros e bandeirantes enquanto tipos históricos de condução da fronteira, aplicando valores a uns e a outros.

São duas imagens díspares pois “a imagem idealizada do que emigra para ficar é a imagem orgânica do pioneiro; a imagem

62. Moog, Clodomir Viana. *Bandeirantes e Pioneiros. Paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989, p. XIV.

idealizada do que emigra para voltar ao ponto de partida é a imagem predatória do bandeirante”⁶³. Se, indubitavelmente, a positividade está na prática pioneira, nem por isso se perdem as chances de uma sociedade feita sob o espírito do bandeirante. Não se pensa tais orientações culturais como destinações atávicas, tomar as diretrizes na perspectiva pioneira pode ser objetivo coletivo daqueles que queiram civilizar definitivamente o sertão. Antevê uma mudança cultural desejável e necessária para que por fim surjam “novos símbolos e novas imagens [que] substituam as antigas, ou que se retifiquem as linhas mestras que presidem à formação de nossa cultura”⁶⁴.

Precisa o Brasil ser pioneiro para construir uma sociedade nacional verdadeiramente sólida. Se nos bastara a exploração descuidada, descontínua e predatória dos bandeirantes na etapa colonial de conquista, resta tempo para reorientar essa direção civilizatória. Moog acaba por dizer que fomos bandeirantes porque o desafio do vazio brasileiro impôs dificuldades maiores à empresa exploradora. Pioneiros foram os americanos porque “a conquista da terra nos Estados Unidos, no que diz respeito a possibilidades de penetração, terá sido imensamente mais branda que no Brasil”⁶⁵. Daí a celeridade e a fragmentação do sobressalto sobre o distante interior.

O conselho para uma reversão do padrão civilizatório brasileiro se fundamenta na conclusão de que para o Brasil a fronteira não terminou. Exatamente por ter se iniciado de forma desconcertada permaneceram vácuos na extensão do espaço nacional. É chegada a hora, segundo Moog, de reverter o panorama de desigualdade da presença civilizatória. Para o Brasil há tempo de correção de equívocos históricos desde que adote uma atitude própria do pioneirismo quando transformando o deserto.

63. *Idem*, p. 178.

64. *Idem*, p. 136.

65. *Idem*, p. 9.

Portanto, podem ser modificados os impulsos bandeirantes de exploração desorganizada e inorgânica. Em seu entender, a fronteira pioneira para o Brasil e todos os seus efeitos sociais positivos estão ainda por acontecer. Diferente dos Estados Unidos, que já tiveram esgotada a fonte renovadora da nação: o seu Oeste está vencido e o furor renovador da fronteira amortecido. Moog admite assistir à paralisação da revitalização entre os norte-americanos. A ausência da fronteira faz morrer a nacionalidade pronta a solucionar suas crises.

Mas, para o Brasil, só esperanças: somos nação incompleta por restarem espaços de fronteira. E os ganhos com a ação pioneira são realidade que vem, o que lá já foi, aqui está para ser. Da comparação, a avaliação final de que “*nos Estados Unidos já não há possibilidade de surgirem fortunas da noite para o dia, que a fronteira acabou, que a livre empresa e o mito das infinitas possibilidades do indivíduo no mundo da livre concorrência deixou de ser operacional; que, conquistada a fronteira, atingindo o Pacífico, não há mais lugar para a plenitude do liberalismo econômico, nem para a livre empresa, nos termos de antes das duas últimas guerras; que um e outro são possíveis no Brasil, onde há fronteiras e espaços para conquistar; que o Estado (...) vai ter de intervir cada vez mais no mundo econômico*”⁶⁶.

Sob a concepção de uma fronteira interminável se reforça no pensamento social o componente mítico na construção da nação brasileira. A caracterização de um espaço permanente para vir a ser fronteira está posto como um evento mítico presente das origens até todos os tempos. Rumar para os sertões é ato fundante da nacionalidade que continua e jamais se completa, ressurgindo em novas formas, mas para sempre o mesmo. Vazio para onde se vai em busca de sentidos para conduzir a nação toda.

A fronteira está no pensamento social como uma indicação recente para o desejo de posse do deserto. Traz consigo a expectativa de uma ação racional e planejada que aplica meios precisos de

66. *Idem*, p. 268 (grifos meus).

extração do potencial econômico do sertão. Fazer de lá um novo modo de produzir é condição para constituir outro panorama humano no interior, idêntico para o Brasil todo.

A nação brasileira depende da unidade espacial para então se tornar plena união de gente, espíritos e território. Brasil toda nação que terá um dia “uma só fronteira geográfica, econômica, espiritual, sentimental”⁶⁷. A ordem para a coletividade é moldar a nação pela “indústria mesológica”, por onde se determina todo o resto. Assim o intelectual imagina ser o destino do Brasil, país em que o espaço precede o tempo na elaboração da comunidade-nação. Alberto Torres é excelente porta-voz dessa percepção quando afirma ser “o destino de um país é função de sua história e de sua geografia. O Brasil não tem história (...) sua história étnica, econômica e social, só começará a formar-se quando mais estreita solidariedade entre os habitantes das várias zonas lhe der a consciência de uma unidade moral, vínculo íntimo e profundo, que a unidade política está longe de realizar”⁶⁸.

A interpretação ensaística de nós mesmos finda por construir a idéia do Brasil em expansão contínua por seu sertão à procura da unificação nacional. É movendo-se pelo espaço vasto que lhe coube das andanças coloniais que acontece criação e recriação de todo o melhor deste país. A missão que une a nós conterrâneos é a mesma desde sempre: fazer do Brasil, antes de tudo, pátria geográfica.

67. Ricardo, Cassiano, *op. cit.*, 1940, p. XXII.

68. Torres, Alberto. *A Organização Nacional*. Brasília: Ed. UnB, 1982, p.64.